

A LEGALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ, ESTADO DO PARÁ

Glauber Santana da Silva Cosenza¹, Valéria Alves Rodrigues de Melo², Alex Rodrigues de Freitas³, José Luiz Bastos Rodrigues⁴

1,2,3,4DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

RESUMO: A mineração de pequeno porte desenvolvida nas adjacências do município de Marabá, Estado do Pará, tanto de forma artesanal como industrial, voltada para a produção de minerais de emprego imediato na construção civil (areia, cascalho, argila, brita e calcário para uso em corretivo de solos), tem sido denominada de “mineração social”. Fonte de geração de emprego e renda para o Sul e Sudeste Paraense, este tipo de mineração vem sendo realizado, ao longo dos anos, de forma desordenada, carentes de orientação técnica e insuficientes de fiscalização pelos órgãos competentes, o que tem causado desperdício de minérios, acelerada exaustão das jazidas, evasão de tributos e graves impactos sócio-ambientais nas áreas de lavra. O aumento da demanda por estes bens minerais, cujo mercado nos últimos anos encontra-se bastante aquecido, impulsionado pelo crescimento dos grandes centros urbanos e a instalação de projetos de mineração no município de Marabá, pode ser avaliado pela crescente número de requerimentos de registro de licença junto ao órgão fomentador da atividade mineral no Brasil, o DNPM. Diante do contexto sócio-político-econômico apresentado, está sendo desenvolvido o projeto de Ordenamento na Extração Mineral na Superintendência do DNPM no Estado do Pará (DNPM/PA), de modo a fomentar e coibir a prática mineral ilegal em diversos municípios, incluindo Marabá. Assim sendo, no ano de 2010, fora realizado um diagnostico baseado na integração dos dados obtidos pelo DNPM e pela Secretária de Meio Ambiente de Marabá (SEMMA/Marabá), que na qual foram vistoriadas 45 áreas potenciais dos insumos minerais destacados, onde apenas 07 áreas estavam em lavra regular perante o DNPM e a SEMMA/Marabá. Já em 2011, com o apoio da Prefeitura Municipal de Marabá endossado dentro das práticas do DNPM/PA, foi viabilizada a regularização de mais 35 áreas junto ao DNPM e ao órgão ambiental competente, totalizando 42 áreas regulares de lavra. É importante ressaltar que, com a legalização destes empreendimentos através da adaptação às legislações mineraria e ambiental, houve importantes ganhos na esfera social, econômica, segurança do trabalho e ambiental com o aproveitamento de minério, bem como a implantação de medidas mitigadoras e compensatórias que proporcionassem o desenvolvimento sustentável da região.

PALAVRAS CHAVE: MINERAÇÃO SOCIAL, ORDENAMENTO MINERAL, IMPACTO SÓCIO-AMBIENTAL.